



ENTREVISTA

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Aos 82 anos, Luiz Carlos Bresser-Pereira permanece como um dos mais influentes economistas brasileiros. Professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, Bresser-Pereira é formado em Direito pela USP, escola que também o tornou mestre em Economia. Mestre ele é também em Administração de Empresas pela Michigan State University. Hoje, Bresser-Pereira lidera no Brasil os estudos sobre o chamado Novo Desenvolvimentismo, pensamento econômico de origem keynesiana, defensor do Estado de Bem-Estar Social, em franca oposição à corrente neoliberal.

Ele é lembrado pelos brasileiros principalmente por sua atuação como ministro da Fazenda durante o Governo Sarney. Se, naquela época, o Plano Bresser teve efeito apenas paliativo contra a inflação, o Plano Brady, por ele inspirado, foi fundamental para o equacionamento da nossa dívida externa. Antes, Bresser-Pereira foi presidente do Banespa e secretário de Governo do Estado de São Paulo, na gestão de Franco Montoro. Fundador do PSDB, foi ministro da Administração e Reforma do Estado no Governo Fernando Henrique Cardoso. Em tempo: o economista deixou o PSDB em 2006, por entender que o partido abandonara os princípios social-democráticos que o inspiraram.

As posições atuais de Bresser-Pereira têm provocado arrepios nos economistas à direita no espectro ideológico. “O liberalismo radical se desmoralizou mais uma vez em 2008, na grande crise financeira. Hoje, nos países centrais, o que você vê é o abandono do neoliberalismo: você continua conservador, mas agora você olha para o estado intervindo muito mais na economia, você vê uma proteção à indústria nacional muito maior do que se tinha antes”, avaliou, em entrevista

“

A CLASSE MÉDIA PENSA QUE GLOBALIZAÇÃO É FAZER ENXOVAL DE NOIVA EM MIAMI

”

do editor da Revista da CAASP, **Paulo Henrique Arantes**.

Nas linhas a seguir, Luiz Carlos Bresser-Pereira fala sobre Governo Temer, Doença Holandesa (por ele diagnosticada na economia brasileira), populismo cambial, Petrobras, ajuste fiscal, desindustrialização e várias outras questões econômicas, políticas e sociais que afligem o Brasil neste momento.

[Revista da CAASP] - O trio Temer-Meirrelles-Ilan começam bem ou começa mal?

[Luiz Carlos Bresser-Pereira] - O governo como um todo, no meu entender, começou muito mal, porque eles adotaram uma postura rigorosamente neoliberal, rigorosamente radical nessa posição, que depois eles não vão conseguir realizar. De qualquer forma, eu acho que há uma leitura equivocada do que está acontecendo no Brasil e no mundo. Não há dúvida de que houve um fracasso no plano econômico do desenvolvimentismo do Lula e da Dilma - mais da Dilma, mas do Lula também. E então, já que perdemos no desenvolvimentismo, vamos nos entregar nos braços do liberalismo econômico mais radical? Isso é uma tolice. O liberalismo radical se desmoralizou mais uma vez em 2008, na grande crise financeira. E hoje, nos países centrais, o que você vê é o abandono do neoliberalismo: você continua conservador, mas agora você olha para o estado intervindo muito mais na economia, você vê uma proteção à indústria nacional muito maior do que se tinha antes. Então, nós estamos mais uma vez andando na contramão da história.

O que estão fazendo mais especificamente Meirrelles e Ilan? O Ilan, por enquanto, não mexeu na taxa de juros. Está mais do que na hora de mexer na taxa de juros. Ao meu ver, é um absurdo completo o Brasil estar com esta taxa de juros altíssima em meio a uma recessão tão violenta. "Ah, mas é preciso combater a inflação!" A inflação está sendo combatida pela recessão, o juro alto é para fazer mais recessão ainda. E há outro problema muito grave, que é o câmbio. O câmbio voltou a se apreciar.

Logo quando a indústria começava a se recuperar.

Sim, logo quando ela começava a se recuperar.

Eu poderia até ficar feliz, porque venho desenvolvendo toda uma teoria, uma macroeconomia novo-desenvolvimentista, que diz que existe uma tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio, de forma que, quando há uma crise, a taxa de câmbio deprecia, como aconteceu a partir do segundo semestre de 2014, mas depois, se você deixa, ela começa a apreciar de novo - é o que está acontecendo. Isso é um desastre para a economia brasileira.

Pretende-se controlar a inflação com o câmbio?

Pois é. Não ficamos todos indignados quando Dona Dilma tentou controlar a inflação com o preço do petróleo e o preço da energia elétrica? Não achamos que isso era um absurdo? Pois bem, eu acho que é absurdo maior ainda controlar a inflação com o câmbio: você destrói a indústria em troca de alguma queda na taxa de inflação. Isso não se faz.

E quanto à parte fiscal? O que senhor acha das medidas anunciadas por Henrique Meirrelles?

“

USAR O CÂMBIO
PARA CONTROLAR A
INFLAÇÃO DESTRÓI
A INDÚSTRIA. ISSO
NÃO SE FAZ

”

O Meirelles está, por enquanto, muito calmo. Ele está fazendo aquilo que o Nelson Barbosa estava fazendo, cortando despesa na área corrente, gradualmente. O que o Nelson queria fazer também era cortar os investimentos - eu duvido que o Meirelles seja capaz de fazer isso.

A contradição entre o discurso da austeridade e o gasto, as concessões de reajuste em decorrência de composições políticas, não deixa o ministro Meirelles um pouco desconfortável no governo?

Acho que sim, ele deve ficar desconfortável.

Nós estamos vivendo no Brasil um golpe político. É um golpe parlamentar, um golpe branco. O fato concreto é que não havia nenhuma razão para se fazer o *impeachment* da Dilma em termos objetivos, em termos jurídicos. A questão das pedaladas é uma coisa ridícula, todo mundo fez antes, não é motivo para fazer um *impeachment*.

Agora, vem o governo Temer em seguida, e por que esse governo vai fazer melhor? Vai

fazer melhor do que a Dilma fez em 2013 e 2014? É verdade, aquilo foi realmente um grande erro da Dona Dilma, mas eu não vejo como isso pode ser mudado de um dia para outro. Tem que se fazer o ajuste fiscal, mas gradualmente.

Eu não estou aqui bravo com o Meirelles porque ele não está fazendo tudo quanto deveria, não, não há condições materiais para fazer mais do que ele está fazendo. O que eu estou preocupado é com o tal do teto do gasto público, essa reforma que eles estão dizendo que é fundamental. Eu não tenho nenhuma simpatia por esse teto. Eu sou a favor da reforma da Previdência, tanto privada quanto pública, acho que é preciso colocar idade, acho que o sistema de aposentadoria básico, aquele que o governo garante para a população, não foi criado para premiar quem trabalhou muito, essa não é a lógica dele. A lógica dele é dar uma garantia de velhice digna para as pessoas

que trabalharam.

Eu acho que tem que se rever o problema do salário mínimo - aquela fórmula de salário mínimo que inventaram (*correções pela inflação mais a variação do PIB*) não faz o menor sentido. A única fórmula que se admitiria é de acordo com o aumento da produtividade, mas aí produtividade quer dizer renda per capita, e isso quer dizer que teríamos que reduzir o salário mínimo, o que também não é o caso. Essas fórmulas não funcionam.

O aumento do salário mínimo que aconteceu no governo Lula foi uma coisa ótima, aumentou-se 52% em termos reais e havia espaço para isso. Mas aí continuou no governo Dilma, quando não havia mais espaço para isso, de forma que essa foi também uma das causas da crise.

Em relação ao teto, eu já disse que não tenho simpatia nenhuma. Para você controlar a despesa

“

EU NÃO TENHO
NENHUMA SIMPATIA
PELO TETO DE
GASTOS PROPOSTO
PELO GOVERNO
INTERINO

”

pública, o que é fundamental, você tem o orçamento, e o orçamento tem que ser levado a sério. Você veja, quando, em 2015, primeiro ano do segundo mandato da Dilma, o Nelson Barbosa era o ministro do Planejamento e propôs um orçamento com déficit, caiu o mundo em cima dele. Uma coisa de um ridículo total! E ele estava dizendo: “dados os números que eu tenho aqui, não há a menor chance de eu zerar isso...” Agora, o governo está trabalhando com um déficit neste ano e no ano que vem. Isso é mais realista. Agora, com quem se contrata isso? O orçamento, numa democracia, é um contrato que faz o governo com os seus cidadãos, e esse contrato é feito no âmbito do Congresso, que aprova a Lei Orçamentária seriamente. É nesse orçamento que você tem que fazer o ajuste para recuperar o superávit primário e estabilizar o crescimento da dívida. Isso tem que ser feito contratualmente, e, portanto, politicamente, e nunca com um teto que vai trazer repercussões muitas vezes completamente irracionais.

O que nós temos que aprender é que, se você quer aumentar os serviços públicos, você tem que aumentar imposto, e isso tem que ser negociado com a sociedade - é assim que se faz em países civilizados. Para sair dessa crise fiscal - e eu acho que este governo já percebeu isso - é preciso um aumento de imposto.

Que imposto o senhor aumentaria, ou que tipo de imposto o senhor criaria?

O que eu acho melhor é a CPMF, porque é bem geral, bem abrangente, impossível de sonegar e facilita a verificação dos outros impostos. Esse imposto deveria voltar, eliminá-lo foi fruto de uma campanha equivocada feita anos atrás.

A proposta de se acabar com os percentuais mínimos de gastos com saúde e educação não revela uma intenção, que certos setores nem escondem, de enterrar o capítulo da Seguridade Social da Constituição?

Isso entrou na lógica e no discurso original do novo governo. O PMDB e o Centrão - o Temer, o Cunha e o Jucá -, a meu ver, disseram assim: “agora a gente vai fazer tudo aquilo que os empresários querem”. Isso é o neoliberalismo, é acabar com o Estado de Bem-Estar Social. Só que não é o que os empresários de fato querem. Os empresários sabem que o Estado de Bem-Estar Social é uma coisa muito importante, e é uma forma barata de garantir um padrão de vida minimamente satisfatório para a população, o que é necessário também para os empresários.



A ideia de que se pode acabar com o Estado de Bem-Estar Social brasileiro não vai vingar, porque o povo não vai deixar e porque há políticos sensatos que vão segurar a coisa. Mas, durante algum tempo vive-se o clima desse ministro da Saúde, que deu aquela declaração (*Ricardo Barros, questionou a universalidade do SUS*). O próprio Temer o desautorizou algumas horas depois.

Sabe-se que a inflação brasileira, neste momento, não vem da demanda. O que o senhor diz de economistas que defendem que se force um maior desemprego para conter a inflação?

O desemprego deve ser combatido sempre - esse é o princípio fundamental do Keynes (*John*

Maynard Keynes) -, mas se supunha que quando se tem desemprego a inflação zera. Pode-se com isso entrar num problema de deflação, o que está preocupando muitos europeus, por exemplo. Agora, aqui no Brasil você entra numa enorme recessão e a inflação estava em 10%, baixou para 8%, mas ainda está alta. Por quê? Porque existe um componente inercial ainda forte na inflação brasileira. Isso é uma teoria que eu ajudei a desenvolver no começo dos anos 80, quando se percebeu que a inflação era totalmente resistente à recessão. O Nakano (*Yoshiaki Nakano, professor da FGV*) e eu escrevemos um livro que juntava nossos principais artigos sobre isso, que se chama "Inflação e Recessão", o qual está disponível para quem quiser lê-lo, e muita gente leu.

Como se combate esse tipo de inflação? Não é com recessão. É preciso desindexar a economia. O Plano Real foi um processo de desindexação da economia muito engenhoso, muito bem feito. Mas continua-se com indexações muito importantes: você tem a Selic, que continua indexada, a taxa de juros indexada, isso é um absurdo - ou pós-fixada, como eles chamam. Você tem as concessões públicas indexadas, o

que não faz o menor sentido. Deveria existir uma lei geral que proibisse terminantemente o Estado brasileiro de firmar qualquer contrato com quem quer que seja que tivesse cláusula de indexação. O governo faz uma concessão de estrada de rodagem, mas aí fica o pedágio congelado para sempre? Não, quando for a hora de renovar o contrato verifica-se qual foi a inflação, qual foi a produtividade e vai discutir um reajuste, nunca uma coisa automática definida por um índice.



O que é a Doença Holandesa?

É um conceito do novo-desenvolvimentismo, para começar.

Eu fui formado no Desenvolvimentismo Clássico, de economistas estrangeiros como Arthur Lewis, Narksy e Myrdal, de economistas latinoamericanos como Raúl Prebich, Celso Furtado e Inácio Rangel. Era a teoria econômica que em inglês se chamava Developmental Economics, e que na América Latina foi chamada de Estruturalismo Latinoamericano. Eu chamo isso tudo hoje de Desenvolvimentismo Clássico. Foi esse Desenvolvimentismo Clássico que orientou a, digamos, grande revolução industrial brasileira, do México e de outros países, que foi altamente bem-sucedida entre 30 e 80, mas aí paramos. Esse Desenvolvimentismo Clássico também deixou de apresentar contribuições importantes a partir de meados dos anos 60, as ideias foram ficando velhas. Então veio o neoliberalismo a todo vapor, e a Teoria Econômica Neoclássica. A partir do início dos anos 2000, começa a surgir o que está sendo chamado de Novo Desenvolvimentismo, que é pegar as ideias desenvolvimentistas clássicas e a teoria keynesiana, ou dos pós-keynesianos, e usá-las para entender no Século XXI países de renda média como o Brasil.

Todas as teorias históricas de economia têm uma tendência. As teorias quase fundadoras da economia, que são as teorias de economia política clássicas de Adam Smith, David Ricardo, Malthus e Marx, tinham uma tendência à estagnação ou à queda da taxa de lucro. Depois, o pensamento keynesiano, que é histórico também, tem uma tendência à insuficiência de demanda. Depois o Desenvolvimentismo Clássico tinha e tem sua tendência, que é a tendência à deterioração dos termos de troca. E, finalmente, o Novo Desenvolvimentismo tem uma tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio. Isso que dizer que a taxa de câmbio é volátil, mas é volátil segundo uma regra, a de que quando você tem uma crise financeira há uma brutal depreciação da taxa de câmbio, depois a taxa de câmbio, por uma série de fatores, vai se apreciando até chegar num piso, e aí fica alguns anos nesse piso, e depois você tem outra crise financeira e outra vez o câmbio deprecia.

Uma das causas fundamentais dessa depreciação é a Doença Holandesa. Trata-se de uma sobreapreciação de longo prazo da taxa de câmbio, devido ao fato de que este país exporta *commodities* que se beneficiam de rendas ricardianas, que significa que elas podem ser exportadas a uma taxa de câmbio substancialmente mais apreciada do que a taxa de câmbio necessária para que as empresas de bens industriais, ou mais tecnicamente de bens transacionáveis não-*commodities*, se tornem competitivas quando usam tecnologia do estado

“

OS EMPRESÁRIOS
SABEM QUE O
ESTADO DE BEM-
ESTAR SOCIAL É
UMA COISA MUITO
IMPORTANTE

”

da arte mundial.

Na teoria econômica isso é absurdo, porque uma empresa que usa tecnologia do estado da arte mundial tem que ser competitiva, ponto. O mercado é para garantir isso. Só que o mercado, rigorosamente, não garante isso, e um dos motivos principais nas relações internacionais é a Doença Holandesa. No caso do Brasil, onde a Doença Holandesa não é muito grave - é uma Doença Holandesa de 20%, vamos chamar assim, um pouco arbitrariamente -, se você não a neutraliza você fica com uma apreciação de 20%. Em termos bem objetivos, vamos supor que a taxa de câmbio que torna competitivas as empresas industriais que usam tecnologia no estado da arte mundial seja 3 reais por dólar. A diferença entre 3 e 3,80 é a Doença Holandesa. Ela aumenta ou diminui de acordo com as variações do preço internacional das *commodities* e também com variações no custo unitário do trabalho, ou seja, dos salários e da produtividade.

Então, o Brasil tem essa Doença Holandesa, que custa uns 20%, que implica uma desvantagem competitiva para as empresas industriais, e no entanto o Brasil se industrializou de forma extraordinária entre 1930 e 1980!

Como isso foi possível?

Foi possível porque o Brasil, nesse período, neutralizava a sua Doença Holandesa através de alguns mecanismos. Em vários momentos você tinha taxas múltiplas de câmbio - uma taxa de câmbio para a indústria e outra taxa de câmbio para a agricultura, por exemplo.

E isso seria viável hoje?

Hoje, não. Hoje, os acordos internacionais impedem isso.

Outro sistema, que prevaleceu no Brasil entre 1967 e 1990, foi o que eu chamo de “mecanismo Delfim Netto”, porque foi o Delfim que o levou adiante, quando foi ministro da Fazenda a partir de 67. Era um sistema de tarifas alfandegárias muito altas - 45% - e um sistema de subsídios só para a indústria exportar, outra vez de 45%. Isso neutralizava a Doença Holandesa.

O Brasil precisa disso de novo?

O Brasil precisa disso, mas espere. Esse sistema foi terminado em 1990, em nome de uma abertura comercial que eu ajudei a fazer. Eu fui o primeiro ministro da Fazenda que adotou como política a abertura da economia. Eu dizia para mim mesmo e para a sociedade que não fazia sentido, pois o Brasil não possuía mais uma indústria infante, que precisava ser protegida. Nós

tínhamos uma indústria já madura, que seria competitiva internacionalmente. Só que eu não sabia da Doença Holandesa, e não sabia que naquele mecanismo dos 45% não era tudo proteção: boa parte disso era neutralização da Doença Holandesa. Em 1990, então, as empresas industriais passaram a ter em média uma desvantagem competitiva de 20%.



Então, o Brasil começou a se desindustrializar em 1990?

Sim, apesar de algumas estatísticas em relação ao PIB mostrarem meados dos anos 80.

Eu acho que o dado mais impressionante é a participação das manufaturas na exportação total do Brasil. Em 1965, era 6%. Com a neutralização da Doença Holandesa do lado das importações através das tarifas e com subsídio à exportação de manufaturados, aí ficava a neutralização completa e até com sobra. Em 1990, as exportações de manufaturados eram 62% do total exportado brasileiro. O Brasil era um grande exportador de manufaturados. Hoje, está em 35%, e vem caindo, o que é uma desgraça, porque o valor adicionado per capita da indústria é muito mais alto que o da agricultura.

Não é normal que a indústria perca espaço para os serviços quando alcança determinado patamar?

Isso é absolutamente verdade, mas a desindustrialização que ocorre no Brasil é uma desindustrialização prematura. Os países ricos começaram a se desindustrializar em um nível de renda per capita muito mais alto que a renda per capita do Brasil hoje, por isso nossa desindustrialização é prematura.

Acena-se com uma nova onda de privatizações. O que o senhor privatizaria neste momento, se é que privatizaria alguma coisa?

Eu privatizaria o Brasil e mudaria de país (risos).

Isso é uma tragédia. Você entra numa crise fiscal, como nós entramos, e aí quer vender o patrimônio público de tudo quanto é jeito, e vai vender de graça como já foi feito anteriormente. Eu sou a favor da privatização de empresas competitivas, então, quando privatizaram as siderúrgicas eu estava 100% de acordo. Eu sou absolutamente contra a privatização de empresas monopolistas, eu acho que privatizar empresa monopolista e depois colocar uma agência reguladora para fazer que os preços sejam competitivos não funciona - isso é um mal substituto do controle direto do Estado. Eu acho que o Estado brasileiro deveria ser responsável por 20% do investimento total; 80% seriam investimentos privados. Então, eu não estou propondo nenhuma estatização de coisa

“

VOCÊ ENTRA
NUMA CRISE
FISCAL E DAÍ
QUER VENDER
O PATRIMÔNIO
PÚBLICO DE
QUALQUER
JEITO?

”



nenhuma, mas estou propondo que o Estado seja responsável por esses 20%.

Agora, tudo isso decorre... qual é o problema fundamental da economia brasileira? Desde que eu publiquei, em 1997, um livro inteiro só para entender a macroeconomia brasileira chamado "Macroeconomia da Estagnação", eu venho dizendo que o maior problema da economia brasileira é uma armadilha macroeconômica de juros muito altos e taxa de câmbio sobreapreciada no longo prazo. Isso tem como consequência tornar o lucro das empresas industriais muito baixo, se não negativo, levando um monte delas a quebrar. Outra maneira de dizer isso é falarmos em termos de déficit em conta corrente. Você lê os jornais e só se fala em déficit público, como se déficit público fosse o único problema. Eu sou contra déficits públicos elevados, eu acho que a responsabilidade fiscal é muito importante. Mas a responsabilidade cambial, que no caso brasileiro significa que o país deveria ter um pequeno superávit em conta corrente, é absolutamente fundamental e ninguém quer saber disso, nem o Valor, nem a Folha, nem o Estado, nem o Globo, nem as televisões, nem as revistas (tem uma delas que eu não deixo nem entrar em casa) (*risos*). E por quê? Existe uma relação direta entre a taxa de câmbio e o déficit em conta corrente. Se você tem uma taxa de câmbio de 3 reais por dólar, você vai estar equilibrado. Agora, se você tem a taxa de câmbio a 2,50, como nós tivemos durante sete anos, você vai ter um grande déficit em conta corrente. Se você tiver uma taxa de câmbio de 3,80, você vai ter um pequeno superávit em conta corrente - e 3,80 é exatamente o que eu preciso.

Eu preciso necessariamente ter um pequeno superávit com conta corrente. E por que a gente não tem? Por que ninguém quer saber disso? Quem se interessa fundamentalmente por isso é o Norte, ou o Ocidente, ou o Império (*risos*)... eles tem vários nomes. Eles têm grande

interesse em que nós tenhamos déficit em conta corrente, pois isso permite, primeiro, que eles exportem mais para nós; segundo, o que é mais importante, porque isso legitima que as empresas multinacionais deles venham para cá, comprem as empresas brasileiras, façam poucos investimentos e ocupem todo o mercado. O que legitima essas multinacionais - das quais em princípio nós não precisamos, pelo menos de grande parte delas - é o dinheiro que elas trazem. Eu estou dizendo que esse dinheiro que elas trazem não interessa ao Brasil, porque implica um déficit em conta corrente pelo qual não temos interesse.

Hoje, qual é o objetivo fundamental da política internacional dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, que são ainda os grandes países imperiais do mundo? O que lhes interessa, fundamentalmente, é que as suas empresas multinacionais ocupem os mercados do mundo inteiro, e os seus bancos ocupem os mercados do mundo inteiro, e que todas as questões que surgirem em relação a elas sejam resolvidas nos tribunais de Nova York. Todos esses tratados comerciais que os Estados Unidos assinam é para fazer isso - não é para baixar tarifa, porque a tarifas já estão muito baixas.

A quem isso interessa aqui no Brasil?

Interessa a todos os populistas. Interessa ao povão para começar, no curto prazo. Interessa à classe média, no curto prazo: toda ela vai para Miami, vai fazer enxoval de noiva em Miami (*risos*). Interessa, internamente, a uma sociedade em que o populismo cambial, ou, em outras palavras, a alta preferência pelo consumo imediato tornou-se dominante. Os brasileiros devem esquecer de crescimento enquanto continuarem com essa visão, enquanto aceitarem a dominação imperial gostosamente, porque isso lhe permite ter um consumo no curto prazo mais alto do que a renda do país justifica.

Globalização não é exatamente fazer compras em Miami, não?

Mas a classe média brasileira se sente globalizadíssima com isso, só que o tamanho da crise está aí, e os rendimentos dessa classe média caíram violentamente, ela está em maus lençóis agora, porque esse modelo é insustentável. Esses déficits em conta corrente levam o país a crises cíclicas, inevitavelmente.

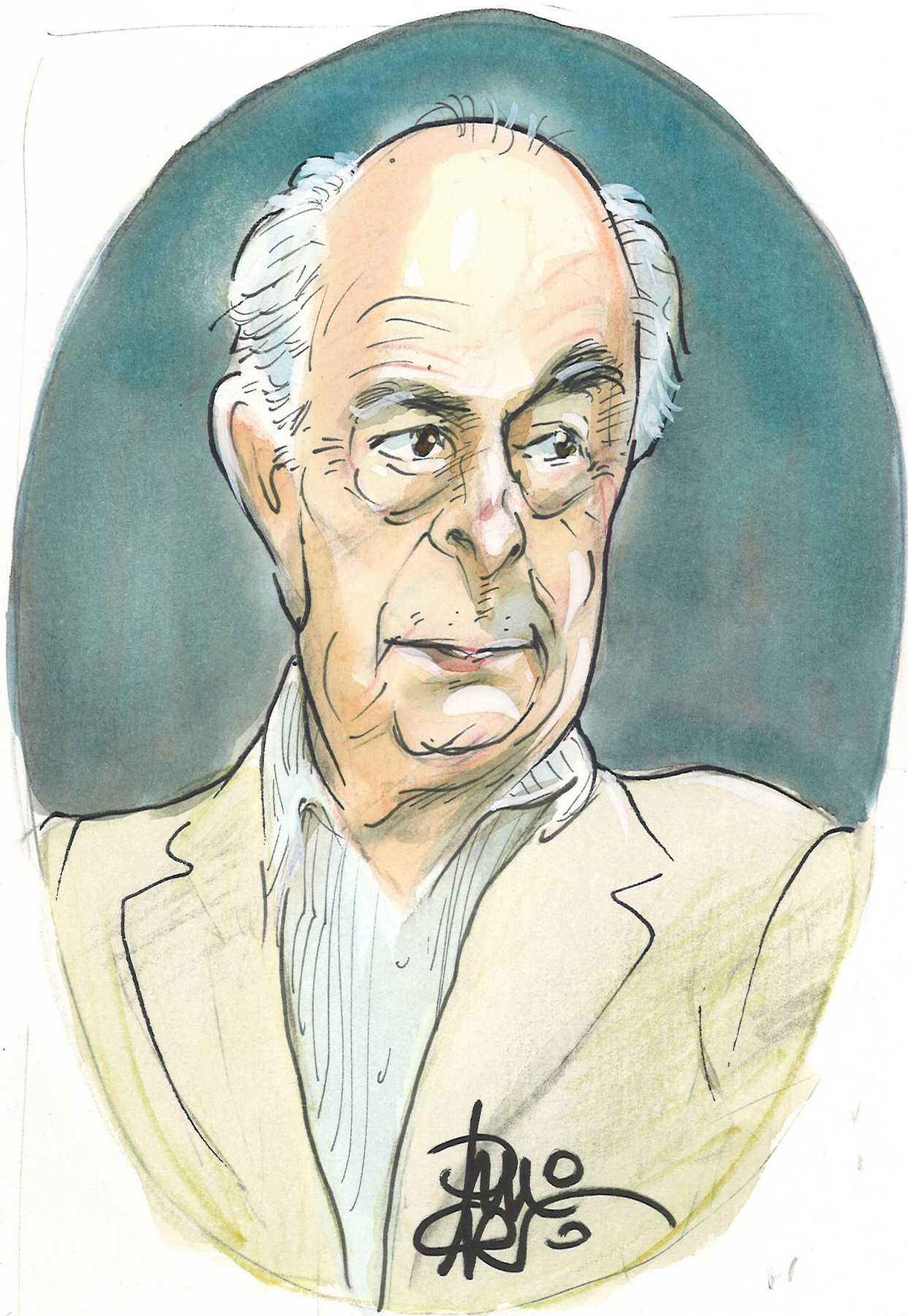
Falávamos de privatizações. Que regime o senhor considera o mais adequado para o pré-sal?

Houve essa loucura que o PT e os demais partidos fizeram com a Petrobras. O sistema de corrupção enfraqueceu muito a Petrobras, então o Império e os liberais domésticos viram uma boa chance para abrir mais espaço para ocupação do nosso pré-sal pelas multinacionais. É isso que está sendo realizado agora, por este governo.

“

O QUE
INTERESSA AOS
EUA É OCUPAR
OS MERCADOS
E RESOLVER
OS PROBLEMAS
NOS TRIBUNAIS
DE NOVA YORK

”



A questão é se a Petrobras tem pernas para participar da exploração em todos os campos do pré-sal.

Ela perdeu um pouco com esta crise. Para começar, o pré-sal foi um erro, no sentido de que, quando ele foi descoberto, não deveria se ter gerado um clima de euforia, mesmo porque não se tratava de nenhuma coisa tão maravilhosa quanto se dizia. Descobriu-se um petróleo a um custo relativamente alto, de forma que ele só seria realmente muito bom se o preço internacional do petróleo continuasse alto como foi por muito tempo. Então, a Petrobras investiu demais nessa área, apesar de não ter acontecido com ela o mesmo que aconteceu com o Eike Batista. Ele quebrou porque apostou tudo no pré-sal.

A Petrobras ficou enfraquecida, está muito endividada, e com essa crise de corrupção enfraqueceu-se também no plano financeiro interno.

Que papel o senhor defende para o BNDES? Algo na linha de Luciano Coutinho ou mais no sentido do que está propondo Maria Sílvia Bastos Marques?

Eu não sei o que a Maria Sílvia pretende fazer, ainda não acompanhei. Ela é uma profissional competente, respeitável. Mas a gestão Luciano Coutinho, sem dúvida nenhuma, foi muito boa, com uma ressalva: eu não teria ampliado de maneira nenhuma os recursos colocados à disposição do BNDES. Isso não foi uma decisão do Luciano, foi da presidente e do Guido Mantega. Não se deveria ter feito isso, isso teve um custo a mais que não é razoável.

Agora, o BNDES é um grande patrimônio do Brasil. Quando eu digo que o Brasil não deve usar poupança externa, mas sim ter superávit em conta corrente, isso não quer dizer em absoluto que o Brasil não precise de finanças. O Brasil, como qualquer país, precisa fortemente de um sistema financeiro interno, nacional, que financie os investimentos, e a grande instituição que faz isso é o BNDES. Seria ótimo também que os bancos privados fizessem um pouco mais - estão começando aos poucos. Mas o BNDES tem papel fundamental aí.

Só que surge uma questão: esse recurso subsidiado pela TJLP, a taxa de juros de longo prazo do BNDES, não é um erro? Eu digo que não, ou melhor, é um erro em si mesmo que na verdade seja um acerto para corrigir outro erro. O BNDES deveria, em princípio, financiar as empresas a uma taxa de juros baixa, mas positiva - e a taxa deles é muito baixa. Qual é o problema? Isso não foi inventado pelo Lula, já faz tempo que está aqui no Brasil. Ela se justificou quando a taxa de juros no Brasil passou a ser um escândalo, o que aconteceu a partir do Plano Real. Uma taxa de juros desse tamanho é uma violência contra os cidadãos brasileiros, que não é explicável pelo déficit público brasileiro nem pela dívida pública brasileira.

Durante 14 anos, entre 1999 e 2012, o Brasil atingiu tranquila e satisfatoriamente suas metas fiscais, e no entanto a taxa de juros ficou longe de baixar o quanto deveria. Quando a Dilma promoveu uma queda na taxa de juros (2011), ela tinha que ter feito ao mesmo tempo um forte ajuste fiscal para impedir que a inflação subisse, mas esse não foi o problema fundamental. O problema fundamental é que essa baixa na taxa de juros, à qual a Dilma ainda somou um desafio aos bancos, levou a classe dominante brasileira, que é a classe de rentistas e financistas, a ficar extremamente irritada e a começar uma campanha violentíssima contra a Dilma, que a obrigou a recuar nos juros. E ela foi de recuo em recuo até sofrer o *impeachment*.

Voltando à TJLP. Se eu tenho essa taxa de juros tão alta, isso inviabiliza completamente qualquer investimento, pelo menos das grandes empresas. Qual foi a solução? A TJLP, que conserta essa taxa de juros que é uma senhoridade dos rentistas brasileiros. Os rentistas brasileiros não ficam felizes com menos de 6% do PIB - em 2015, eles tiveram 9% do PIB. É a festa completa.